

PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 14

Setembro - 2010

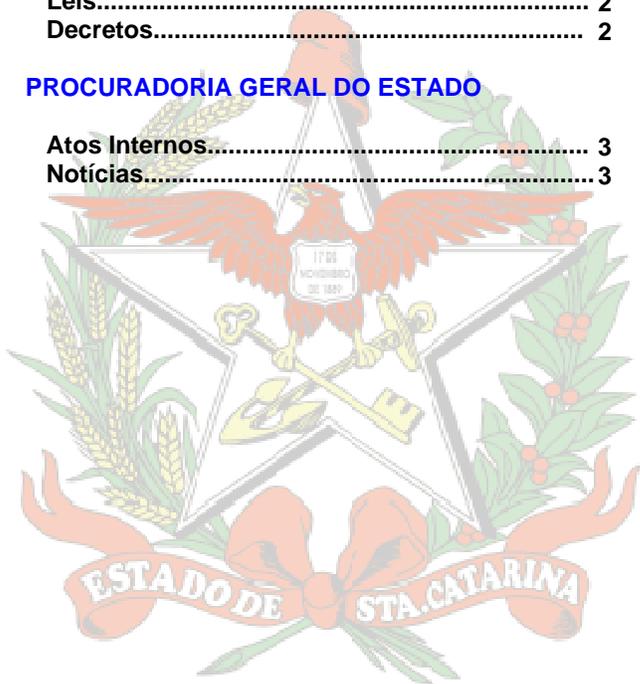
SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Atos Internos.....	3
Notícias.....	3



GOVERNADOR DO ESTADO
Leonel Arcângelo Pavan

**PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO**
Gerson Luiz Schwerdt

**SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO**
Manoel Cordeiro Jr.

**SUBPROCURADOR-GERAL
ADMINISTRATIVO (DIRETOR
DO CENTRO DE ESTUDOS)**
Sérgio Luiz Mar Pinto

LEGISLAÇÃO

ESTADUAL

Leis

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 56, de 4 de agosto de 2010

Dá nova redação ao art. 77 e ao § 3º do art. 88 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

LEI COMPLEMENTAR Nº 509, de 5 de agosto de 2010

Acrescenta dispositivo na Lei Complementar nº 281, de 2005.

LEI COMPLEMENTAR Nº 510, de 20 de agosto de 2010

Cria cargos de Desembargador no Tribunal de Justiça e adota outras providências.

LEI Nº 15.249, de 3 de agosto de 2010

Altera dispositivo da Lei nº 9.022, de 1993, que dispõe sobre a instituição, estruturação e organização do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

LEI Nº 15.250, de 3 de agosto de 2010

Retifica a divisa entre os municípios de São Bernardino e São Lourenço do Oeste.

LEI Nº 15.251, de 3 de agosto de 2010

É vedado o ingresso, no Estado de Santa Catarina, de resíduos sólidos com características radioativas e de resíduos orgânicos que apresentem riscos fitossanitários, tais como a disseminação de febre aftosa ou outras zoonoses.

LEI Nº 15.263, de 18 de agosto de 2010

Dispõe sobre a proibição do uso de termômetros com mercúrio na rede hospitalar e farmacêutica no Estado de Santa Catarina.

LEI Nº 15.264, de 18 de agosto de 2010

Dispõe sobre a obrigatoriedade das agências bancárias públicas e privadas no Estado de Santa Catarina, oferecerem guarda-volumes aos clientes.

LEI Nº 15.265, de 18 de agosto de 2010

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Prevenção e Tratamento de Obesidade Infantil nas instituições de ensino públicas e privadas do Estado de Santa Catarina.

LEI Nº 15.282, de 18 de agosto de 2010

Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

LEI Nº 15.293, de 23 de agosto de 2010

Altera dispositivo da Lei nº 15.242, de 2010.

Decretos

DECRETO Nº 3.438, de 5 de agosto de 2010

Aprova o Regimento Interno da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Santa Catarina.

DECRETO Nº 3.432, de 2 de agosto de 2010

Introduz as Alterações 2.398 a 2.402 no RICMS/SC-01.

DECRETO Nº 3.433, de 3 de agosto de 2010

Suspende processos administrativos disciplinares no âmbito

da polícia militar e corpo de bombeiros militar.

DECRETO Nº 3.444, de 10 de agosto de 2010

Introduz as Alterações 2.403 a 2.411 no RICMS/SC e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 3.445, de 10 de agosto de 2010

Institui o Grupo de Procedimentos Contábeis – GTCON/SC no âmbito do Poder Executivo Estadual.

DECRETO Nº 3.446, de 10 de agosto de 2010

Dá nova redação ao *caput* do art. 1º e acrescenta o §3º ao Decreto nº 3.010, de 24 de fevereiro de 2010, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, as áreas de terras que dispõe, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 3.458, de 19 de agosto de 2010

Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Combate à Pirataria – CECOP.

DECRETO Nº 3.459, de 19 de agosto de 2010

Altera redação do *caput* e acrescenta parágrafos ao art. 13 do Decreto nº 2.194, de 11 de março de 2009, que institui o ponto eletrônico, regulamenta o controle de frequência, a compensação de horas e o ponto facultativo nos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 3.460, de 19 de agosto de 2010

Acrescenta dispositivos ao art. 1º e altera o *caput* e os §§ 1º, 3º e 5º do art. 2º do Decreto nº 1.277, de 16 de abril de 2008, que cria Comissão Temporária responsável pela migração dos dados do Sistema Informatizado de Recursos Humanos – SIRH para o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 3.461, de 19 de agosto de 2010

Introduz as Alterações 2.412 a 2.419 no RICMS/SC.

DECRETO Nº 3.462, de 19 de agosto de 2010

Dispõe sobre a adoção do Regulamento Operacional – ROP na gestão do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial da Administração Estadual – PROFISCO.

DECRETO Nº 3.467, de 19 de agosto de 2010

Introduz as Alterações 2.420 a 2.434 no RICMS/SC.

DECRETO Nº 3.470, de 23 de agosto de 2010

Dispõe sobre a provisão para contingência de recursos destinados ao recolhimento, se for o caso, das parcelas relativas ao Imposto de Renda Pessoa Física e à Contribuição Previdenciária do INSS sobre os valores repassados pela OAB/SC aos advogados que exercem a Defensoria Dativa e a Assistência Judiciária Gratuita no Estado de Santa Catarina.

DECRETO Nº 3.471, de 23 de agosto de 2010

Introduz as Alterações 39ª e 40ª no RINGDT/SC.

DECRETO Nº 3.472, de 23 de agosto de 2010

Cria Comissão Temporária de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Excelência em Gestão, na Secretaria de Estado da Administração.

DECRETO Nº 3.483, de 31 de agosto de 2010

Introduz a Alteração 2.435 no RICMS/SC.

DECRETO Nº 3.484, de 31 de agosto de 2010

Introduz a Alteração 2.436 no RICMS/SC e da outras providências.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATOS INTERNOS

PORTARIA/GAB/PGE Nº 030/2010, de 4 de agosto de 2010

Designa Procuradores do Estado para atuação na sede e nas procuradorias regionais.

PORTARIA/GAB/PGE Nº 031/2010, de 4 de agosto de 2010

Consolida as distribuições dos Procuradores do Estado, para atuação nos órgãos de execução centrais.

NOTÍCIAS

Procuradora do Estado toma posse no cargo de juíza substituta do TRE/SC

No dia 24 de agosto tomou posse no plenário do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, como juíza substituta na classe dos advogados para período de dois anos, a Procuradora do Estado Bárbara Lebarbenchon Thomaselli.

A solenidade, que aconteceu na sede do TRE, na Capital, contou com a presença dos juizes que integram o Tribunal Pleno, sob a presidência do desembargador Newton Trisotto. Também estiveram presentes diversos colegas Procuradores do Estado, magistrados, membros do Ministério Público, parlamentares e advogados. É a primeira vez que um membro da Procuradoria Geral do Estado (PGE) exercerá essa função.

Procurador do Estado participa de evento da academia judicial

A Academia Judicial do Poder Judiciário do Estado em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil promoveu, em 19 de agosto, na sede da OAB/SC, o workshop sobre "Justiça eletrônica – Aspectos práticos do processo eletrônico no sistema dos Juizados Especiais".

O evento foi aberto pelo presidente da Seccional de Santa Catarina da OAB, advogado Paulo Roberto de Borba.

No evento, o Procurador do Estado Luiz Carlos Ely Filho abordou o tema "Atuação da Procuradoria-Geral do Estado na Justiça Eletrônica", fazendo uma demonstração virtual de processos e recursos em tramitação na Justiça Federal e em instancias superiores. Também apresentou sugestões relativas ao peticionamento eletrônico pelos advogados públicos, tendo apontado algumas dificuldades iniciais já identificadas para uma melhor utilização, pelos Procuradores do Estado, do sistema eletrônico em portal integrado PGE-TJ para acesso direto ao Juizado Especial da Fazenda Pública da Capital e respectiva 1ª Turma de Recursos, Juizado eletrônico que foi instalado no início de agosto.

O presidente do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação (CG-Info), desembargador Jorge Schaefer Martins em sua manifestação dirigida aos advogados, magistrados, membros do Ministério Público e demais operadores do Direito presentes, discorreu sobre a gradativa adoção do processo eletrônico no Poder Judiciário Estadual, já estando prevista, inclusive, a adoção do peticionamento eletrônico em nível de segundo grau.

Novos links de acesso sobre processos eletrônicos e rito do JEF no site da PGE

Foram inseridos recentemente dois novos links jurídicos (em "Jurisprudência") para o acesso através do site da PGE/SC. Podem ser acessados Enunciados de Jurisprudência que versam sobre processos eletrônicos que tramitam em Juizados Especiais, também pertinentes a outros processos envolvendo a Fazenda Pública e que adotem o rito legal processual simplificado estabelecido para causas de até 60 salários mínimos.

Enunciados do FENAJE – Fórum Nacional de Juizados Especiais – através do endereço:

http://www.tjmg.jus.br/jesp/enunciados/fonaje_civel.pdf

Enunciados do FENAJEF – Fórum Nacional de Juizados Especiais Federais – através do endereço:

http://www.ajufe.org.br/portal/images/stories/pdfs/Enunciados_Fonajef%20-%201%20a%20110.pdf

Exemplos de Enunciados que podem ser encontrados:

- Enunciado nº 62 – Cabe exclusivamente às Turmas Recursais conhecer e julgar o mandado de segurança e o habeas corpus impetrados em face de atos judiciais oriundos dos Juizados Especiais.

- Enunciado nº 64 FENAJEF - Não cabe multa pessoal ao procurador ad judícia do ente público, seja com base no art. 14, seja no art. 461, ambos do CPC.

- Enunciado nº 76 FENAJEF – A apresentação de proposta de conciliação pelo réu não induz a confissão.